



L I D O  
Em 27/2/15  
Assessoria de Planejamento

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**MENSAGEM**

Nº 29 /2015-GAG

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,**

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei, que altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que "*dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências*".

A justificação para análise do Projeto encontra-se na Exposição de Motivos da Senhora Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputada CELINA LEÃO**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA

Sector de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 01 de 01



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

PL 186 /2015

**PROJETO DE LEI Nº  
(Autoria: Poder Executivo)**

**Altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam alterados, na Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, os Anexos: II – Anexo de Metas Fiscais – e complementos; V – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores; VI – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e XI – Projeção da Renúncia de Origem Tributária – Texto e Anexos a serem alterados (Multa e Juros e Compensação da Renúncia da Receita), na forma dos anexos desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 /2015

Folha Nº 02 de 02

**ANEXO I, QUE ALTERA O ANEXO II DA LEI Nº 5.389, DE 13 DE AGOSTO DE 2014**

**ANEXO II**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS**

AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2015				2016				2017			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100			
	R\$ milhares											
Receita Total	29.485.599	27.837.612	0,560	33.127.874	29.671.109	0,629	35.031.966	29.811.417	0,665			
Receitas Primárias (I)	27.110.999	25.595.732	0,515	29.544.449	26.461.600	0,561	31.886.802	27.134.953	0,605			
Despesa Total	29.485.599	27.837.612	0,560	33.127.874	29.671.109	0,629	35.031.966	29.811.417	0,665			
Despesas Primárias (II)	28.835.511	27.223.858	0,548	32.302.382	28.931.754	0,613	34.141.043	29.053.262	0,648			
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.724.512	-1.628.127	(0,033)	-2.757.933	-2.470.154	(0,052)	-2.254.241	-1.918.309	(0,043)			
Resultado Nominal	1.652.363	1.560.010	0,031	825.187	739.082	0,016	220.497	187.638	0,004			
Dívida Pública Consolidada	7.029.779	6.636.876	0,133	7.984.729	7.151.554	0,152	8.340.555	7.097.625	0,158			
Dívida Consolidada Líquida	4.434.537	4.186.685	0,084	5.259.724	4.710.893	0,100	5.480.222	4.663.546	0,104			
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	348.787	329.293	0,007	637.417	570.905	0,012	636.020	541.239	0,012			
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-348.787	-329.293	(0,007)	-637.417	-570.905	(0,012)	-636.020	-541.239	(0,012)			
cenário macroeconômico considerado:												
	2015				2016				2017			
PIB real (crescimento % anual)	1,96				2,85				2,96			
IPCA (% anual)	5,92				5,41				5,25			
Projeção do PIB da União - R\$ milhares	5.266.269.515				5.733.439.629				6.275.296.959			

**ANEXO II**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015**

**Metodologia de cálculo das METAS E PROJEÇÕES FISCAIS**

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

ESPECIFICAÇÃO	2015			2016			2017		
	PIB (P1)	1.0196	PIB (P2)	1.0265	PIB (P3)	1.0296	PIB (P3)	1.0296	
	IPCA (I1)	1.0592	IPCA (I2)	1.0541	IPCA (I3)	1.0525	IPCA (I3)	1.0525	
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C) = A*P2/I2	constante (D) = C/I1I2	corrente (E) = C*P2/I3	constante (F) = E/I1I2/I3			
<b>I - RECEITAS FISCAIS</b>									
I.1 - Recitas Correntes + Capital (C)	29.485.599	27.637.612	33.127.874	29.671.109	36.031.966	29.811.417			
I.1.1 - Recitas de Origem Tributária	14.273.690	13.900.765	15.938.787	14.275.637	17.281.609	14.706.262			
I.1.1.1 - Receita Tributária (1)	14.274.562	13.476.739	15.450.162	13.697.997	16.739.358	14.244.818			
I.1.1.2 - Outras Recitas de Origem Tributária (1)	449.128	424.026	488.626	437.639	542.251	461.444			
I.1.2 - Transferências da União (2)	5.993.594	5.658.605	6.497.908	5.819.875	7.041.482	5.992.143			
I.1.3 - Demais Recitas (1)	8.768.315	8.278.243	10.691.180	9.575.597	10.708.874	9.113.012			
I.2 - Deduções (Recitas Financeiras)	2.374.600	2.241.881	3.683.425	3.209.508	3.145.164	2.676.464			
I.2.1 - Aplicações Financeiras (4)	318.395	300.600	345.186	309.167	374.062	318.318			
I.2.2 - Operações de Crédito (5)	1.921.375	1.813.967	3.092.065	2.769.420	2.612.699	2.223.348			
I.2.3 - Alienação de Bens	56.663	53.496	61.430	55.020	66.569	56.649			
I.2.4 - Amortizações	79.167	73.798	84.744	75.901	91.833	78.148			
<b>Total das Recitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)</b>	<b>27.110.999</b>	<b>25.595.732</b>	<b>29.544.449</b>	<b>26.461.600</b>	<b>31.886.802</b>	<b>27.134.953</b>			
<b>II - DESPESAS FISCAIS</b>									
II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)	29.485.599	27.637.612	33.127.874	29.671.109	36.031.966	29.811.417			
II.1.1 - Pessoal e encargos (6)	16.865.628	15.922.987	12.202.033	10.928.799	13.086.358	11.137.899			
II.1.2 - Demais Despesas (6)	12.619.971	11.914.625	20.925.840	18.742.310	21.943.607	18.673.517			
II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	650.068	613.754	825.492	739.355	890.923	768.155			
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida (6)	201.998	190.708	255.046	228.433	267.352	227.511			
II.2.2 - Amortização da Dívida (6)	190.415	179.773	305.427	273.557	350.707	298.444			
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	257.675	243.273	265.019	237.365	272.863	232.200			
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-	-	-			
<b>Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)</b>	<b>29.811.417</b>	<b>27.251.366</b>	<b>33.953.366</b>	<b>29.671.109</b>	<b>36.822.889</b>	<b>29.811.417</b>			
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)</b>	<b>-1.724.512</b>	<b>-1.628.127</b>	<b>-2.757.933</b>	<b>-2.470.154</b>	<b>-2.254.241</b>	<b>-1.918.309</b>			
<b>IV - RESULTADO NOMINAL</b>	<b>1.652.363</b>	<b>1.560.010</b>	<b>825.187</b>	<b>739.082</b>	<b>220.497</b>	<b>187.639</b>			
<b>V - DIVIDA PUBLICA CONSOLIDADA (3)</b>	<b>7.029.779</b>	<b>6.636.876</b>	<b>7.984.729</b>	<b>7.181.564</b>	<b>8.340.656</b>	<b>7.097.625</b>			
<b>VI - DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (3)</b>	<b>4.434.537</b>	<b>4.186.866</b>	<b>5.289.724</b>	<b>4.710.893</b>	<b>5.480.222</b>	<b>4.663.546</b>			

**NOTAS:**

- (1) As estimativas das Recitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de 2015 à 2017, valores correntes, foram informados pela Secretaria de Estado de Fazenda.
  - (2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002 os recursos destinados a atender as áreas de saúde e educação voltarão a integrar o orçamento do Distrito Federal.
  - (3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram abocados nas demais despesas (Item II.1.2).
  - (4) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das recitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.
  - (5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, para o período de 2015 a 2017, valores correntes, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.
  - (6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a 2015, foram obtidas a partir de estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de março/2014, acrescidas de crescimento vegetativo de 3% e também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes de anexo a esta Lei. Para 2016 e 2017 foram acrescidas os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores.
- Observações:**
- 1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior.
  - 2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.
  - 3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do Banco Central do Brasil, na data de referência 04/04/2014.
  - 4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normalizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e são apenas indicativas.

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2015

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS E PROJEÇÕES DE RECEITAS E DESPESAS

### 1 – Introdução

As metas fiscais estabelecidas para o Distrito Federal, no período 2015 a 2017, têm como base os parâmetros econômicos da taxa inflacionária, tendo como objetivo criar condições de financiamento das obras necessárias, visando a melhoria da infraestrutura do Distrito Federal.

Buscar excelência da exploração da base tributária distrital com o objetivo de ampliar as diversas fontes de receitas, de forma a financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e àquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais dos programas e projetos estratégicos da administração, tem sido o objetivo maior.

Considerando o enfoque da arrecadação, os valores estimados na LDO, relativamente aos orçamentos fiscal e da seguridade social, levam em consideração a expectativa da taxa de crescimento das atividades econômicas no Distrito Federal bem como o uso eficiente da máquina fiscalizadora e arrecadadora distrital, visando à obtenção de melhores índices de arrecadação, a partir do combate a recorrente sonegação de tributos.

Os investimentos previstos na LDO estão compatíveis com a capacidade de financiamento do Governo do Distrito Federal, que se encontra substancialmente confortável, na relação Dívida Consolidada/Consolidada Líquida X Receita Corrente Líquida. Neste sentido, necessário se faz espelhar no resultado primário a captação de recursos no mercado financeiro destinados a investimentos voltados, sobretudo, para obras de infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana, visando não apenas atender aos compromissos assumidos para sediar os eventos de vulto internacionais, e, principalmente, aos anseios da sociedade do Distrito Federal.

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 /2015

Folha Nº 05 de 02

### 2 – Do Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais, segundo o disposto no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, é composto pelos seguintes demonstrativos:

- Metas Anuais;
- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Evolução do Patrimônio Líquido;
- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime de Previdência do Servidor Público;
- Projeção da Renúncia da Receita, com a compensação pelos seus valores brutos, na inicial do orçamento; e
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Além desses demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é composta, também, pelo Anexo de Metas e Prioridades, que relaciona ações que obrigatoriamente deverão constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA e, também, pelo Anexo de Riscos Fiscais, que tem por

finalidade trazer a público as possibilidades de acontecimentos imprevisíveis, tanto no quesito receitas, com possível frustração na arrecadação, que possam comprometer a execução financeira do exercício, quanto em relação a passivos contingentes relacionados às sentenças judiciais e outros.

Os demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais são importantes e fundamentais para a avaliação do comportamento e, conseqüentemente, do cumprimento das metas fiscais pré-estabelecidas para o exercício em referência, pois além de permitir a comparação de sua realização efetiva com a sua fixação nos exercícios passados, possibilitam uma melhor análise sobre o Planejamento e a Execução, em termos financeiros, envolvendo receitas, despesas, resultado primário, nominal e o estoque da dívida pública.

### **3 – Metodologia de Estimativa das Metas Fiscais**

#### **3.1 Projeção das Receitas**

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2015 – 2017 consistem em:

##### **a) Base de Cálculo**

As projeções de receitas tributárias para o período de 2015 – 2017 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, de acordo com a espécie do Tributo, conforme documentação encaminhada pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Fazenda – SUREC/SEF, com subsídios fornecidos pela ADASA e AGEFIS, relativamente a receitas de poder de polícia administradas pelas mesmas.

No que tange às demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores previstos para o exercício de 2014 (Lei Orçamentária + créditos, base abril), utilizando os índices de inflação (IPCA) e da variação do crescimento real do PIB Nacional. Excluem-se dessa premissa as receitas abaixo relacionadas, cujas projeções foram elaboradas pelos órgãos mencionados, seguindo legislação específica e/ou diferentes modelagens estatísticas:

- 1.) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada / Consolidada Líquida foram elaboradas pela Subsecretaria do Tesouro da Secretaria de Estado da Fazenda, que seguem as programações para captação ajustadas com o Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, sendo agregadas ainda novas operações de créditos que vem sendo trabalhadas pela Subsecretaria de Captação de Recursos;
- 2.) As receitas de transferência de capital tiveram origem basicamente nas transferências programadas pela TERRACAP, com recursos oriundos da venda de imóveis e projeções, sob a sua administração;
- 3.) As Receitas de Compensação Previdenciária (fonte 233) foram projetadas pelo Instituto de Previdência;

## **b) Hipóteses Macroeconômicas**

Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,96%, 2,85% e 2,96% e das taxas de inflação (IPCA), de 5,92%, 5,41% e 5,25%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 04/04/2014.

### **3.2 – Projeção das Despesas**

A base para a projeção das despesas de pessoal levou em consideração a apuração da folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo, verificada até o mês de março de 2014, onde, para o Poder Executivo, adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 3,0% ao ano, acrescida das previsões específicas para aumento de despesas de pessoal, relativamente a reajustes remuneratórios e nomeações decorrentes de concurso público. Somam-se a isso as despesas com terceirização, indenizações trabalhistas e sentenças judiciais, em face de suas características eventuais e de estarem fora da folha normal de salário. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas por meio de Ofício da Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescidas de inativos e pensionistas, projetadas segundo informações do IPREV-DF. Adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 2,5% ao ano.

Para definição dos valores a serem custeados com recursos do Distrito Federal, levou-se em conta a diferença das despesas de pessoal das áreas de educação e saúde não suportadas pelo limite de pessoal fixado para Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, exercício de 2015.

Neste contexto, é importante ressaltar, nesse processo de elaboração do Orçamento de 2015, que a União resolveu repassar os recursos financeiros relativos a assistência financeira para as áreas de educação e de saúde (pessoal e custeio da folha) a título de transferência a estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a receita do Distrito Foi acrescida em cerca de R\$ 5,993 bilhões. Isso não altera o montante das receitas ou despesas. Contudo, o Distrito Federal terá que arcar com a despesa com o PASEP (1%) desse ingresso de recursos na Fazenda Pública, a partir de 2015.

As despesas relacionadas à operação de crédito, juros e encargos e amortização da dívida pública, concessão de empréstimos e financiamento, foram informadas pela Secretaria de Fazenda.

## **4 – Metas Fiscais para 2015**

### **4.1 Objetivos e Estratégias**

O Distrito Federal tem pautado suas ações fiscais com o objetivo de atender as demandas sociais e de investimentos para a população, bem como viabilizar o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste contexto, é imperativo dar

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 07 de 07

seqüência ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF, iniciado em 1999 por meio do cumprimento de metas e implementação de ações fiscais. Este programa, que é parte integrante do Contrato de Renegociação da Dívida do Distrito Federal com o Governo Federal, tem como eixo central dar sustentação fiscal e financeira, em bases sólidas e permanentes. Muito embora em momentos de expansão econômica, onde há necessidade de contratação de empréstimos para grandes investimentos, o resultado primário deficitário é justificável, sendo que a tendência ao longo dos anos é de novamente a busca pelo superávit primário.

## 5 - PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015-2017

Apresentam-se a seguir as metodologias utilizadas para a previsão das receitas de origem tributária para os exercícios de 2014 a 2017. Cumpre ressaltar que o presente relatório foi elaborado de acordo com o preceituado na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, a qual reitera determinação no sentido das estimativas serem demonstradas conforme a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF, cuja previsão encontra-se no documento “Projeção da Renúncia de Origem Tributária para os Exercícios de 2015 a 2017”, elaborado pela Gerência de Planejamento Fiscal/AEF/SEF em 20/08/2014.

As estimativas de receita para o período 2014-2017 foram elaboradas em valores correntes. Na deflação dos valores correntes para 2014, utilizou-se como deflator o IGP-DI médio construído com base na média das expectativas do mercado financeiro, vigentes em 04/07/2014, conforme a seguir.

### PREVISÃO PARA O IGP-DI ANUAL – 2014-2017

2014	2015	2016	2017
5,37%	5,57%	5,21%	5,08%

Expectativas do mercado financeiro, [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), em 04/07/2014.

### IGP-DI MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2014	2015	2016	2017
1,0000	0,9495	0,9011	0,8570

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos e Política Fiscal/AEF/SEF.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para a previsão das receitas em valores correntes.

Sector de Protocolo Legislativo  
 PL Nº 186 / 2015  
 Folha Nº 08



## PROJEÇÃO DAS RECEITAS EM VALORES CORRENTES

O ajuste nas metas fiscais decorre de alteração dos quadros e demonstrativos elaborados em agosto de 2014 para subsidiar o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, tendo o propósito de incluir na previsão de receita e na projeção da renúncia de natureza tributária **o impacto da redução de juros de mora e multa, advindo de programa de recuperação de créditos** a ser instituído e objeto de projeto de lei.

### ICMS e ISS

Para séries históricas estimadas da receita bruta do exercício, isto é incluindo inadimplência e renúncia vigente, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários. As receitas trimestrais nominais do ICMS e do ISS são explicadas pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB trimestral nominal a preços de mercado, utilizando-se os parâmetros apresentados na tabela abaixo.

Parâmetros	2015	2016	2017
PIB real anual	1,50 %	2,45%	2,81 %
Deflator implícito (IGP-DI anual)	5,57%	5,21%	5,08%

Fonte: Expectativas do mercado financeiro, [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), em 04/07/2013.

A fim de estabelecer correlação da receita bruta, incluindo inadimplência e renúncias, com a série histórica do número índice do PIB trimestral (base: 100=1º Trim/1995), foram construídas séries históricas dos números índices trimestrais, com mesma base, para as receitas brutas do ICMS e do ISS, levando em consideração que a receita em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS conforme abaixo:

ICMS	ISS
$\log(Y_t) = \alpha + \beta \cdot \log(\text{PIB}_t)$	$\log(Y_t) = \alpha + \beta \cdot \log(\text{PIB}_t)$

Onde:

$Y_t$  = número índice da arrecadação no tempo t, com t = 1 (1º trim/1995), 2, 3, ..., 77 (1º trim/2014).

$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.

$\text{PIB}_t$  = número índice do PIB trimestral a preços de mercado no tempo t.

ICMS	ISS
$\alpha = -0,7224$ (P value: 0,0000)	$\alpha = -0,6503$ (P value: 0,0000)
$\beta = 1,1797$ (P value: 0,0000)	$\beta = 1,1951$ (P value: 0,0000)
$R^2 = 0,9828$	$R^2 = 0,9770$

Com base na modelagem de alisamento exponencial "Holt-Winters", os números índices do PIB trimestral foram projetados até o quarto trimestre de 2017. A série projetada do PIB, em números índices, foi substituída nas equações estimadas para o ICMS e o ISS de forma a projetar os números índices da receita bruta até o quarto trimestre de 2017. Para encontrar a receita bruta mês a mês, percorreu-se o caminho

inverso, multiplicando os números índices estimados pelo valor da receita bruta no 1º Trim/1995 (base: 100,0) e, em seguida, pela participação percentual média dos meses nos respectivos trimestres, permitindo a apuração das receitas brutas dos dois tributos para o período 2014-2017.

Para obter a arrecadação estimada do exercício para o triênio 2015-2017, foram deduzidas as estimativas de inadimplência e de renúncia tributária, e acrescida a arrecadação estimada de exercícios anteriores.

Quanto às estimativas do ISS, foram somadas as previsões para a retenção tributária por órgãos públicos distritais via SIGGO.

### ICMS

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	8.660.872	9.457.274	10.351.549
(+) Crédito Convênio ICMS 86/11	479.625	505.965	397.055
(-) Inadimplência estimada	976.333	1.121.956	1.234.990
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	909.022	1.033.154	1.135.157
(-) Renúncia estimada	1.842.269	1.588.223	1.536.239
(=) Previsão inicial	7.230.918	8.286.212	9.112.532
Ajuste pela razão Rec. Realizada/Rec. Prevista	6.928.501	7.689.117	8.455.743
(+) Efeitos de ações da Administração Tributária	400.000	300.000	300.000
(=) Receita estimada	7.328.501	7.989.117	8.755.743

### ISS

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.396.746	1.527.697	1.675.079
(-) Inadimplência estimada	150.014	164.236	180.271
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	127.914	139.280	152.731
(-) Renúncia estimada	37.350	39.427	41.501
(=) Previsão inicial	1.337.296	1.463.314	1.606.039
Ajuste pela razão Rec. Realizada/Rec. Prevista	1.337.632	1.463.681	1.606.442
(+) Retenção tributária via SIGGO	115.528	121.963	128.379
(+) Efeitos de ações da Administração Tributária	300.000	300.000	300.000
(=) Receita estimada	1.753.160	1.885.645	2.034.821

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 /2015

Folha Nº 10 *rea*

### IPTU

De posse de estimativas para lançamento de ofício dos tributos em questão para 2014, e das expectativas do BACEN de INPC para 2015, 2016 e 2017 estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores, da estimativa de renúncia, do abatimento referente ao programa Nota Legal e do desconto para pagamento em cota única, apurou-se a arrecadação estimada, conforme a seguir.

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	917.874	969.004	1.019.972

(-) Desconto pagamento em cota única	1.016	1.072	1.129
(-) Renúncia estimada	74.099	78.227	82.342
(-) Abatimento do Programa Nota Legal	21.380	22.571	23.758
(-) Inadimplência estimada	177.519	187.407	197.264
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	4.359	4.498	4.716
(=) Receita estimada	648.220	684.225	720.195

### TLP

De posse do lançamento de ofício da TLP para 2014, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2015 a 2017, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	137.150	144.790	152.405
(-) Renúncia estimada	11.108	11.727	12.344
(-) Inadimplência estimada	27.227	28.744	30.256
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.599	2.715	2.852
(=) Receita estimada	101.413	107.033	112.657

### IPVA

De posse do lançamento de ofício do IPVA para 2014, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2015 a 2017, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, do abatimento referente ao programa Nota Legal do IPVA, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta do Exercício (lançamento início do ano)	922.928	974.339	1.025.588
(-) Desconto Pagamento em cota única	11.582	12.205	12.861
(-) Renúncia	17.148	18.103	19.055
(-) Abatimento programa nota legal	74.982	79.015	83.266
(-) Inadimplência estimada	63.205	66.605	70.188
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	24.118	25.414	26.780
(=) Arrecadação do ano	780.129	823.824	866.998

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 11 *RA*

### ITBI e ITCD

Após a construção das séries históricas da receita bruta desses itens, incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade das séries, desde janeiro/2006, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta t) * S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1$  (jan/2006), 2, 3, ..., 102 (jun/2014).  
 $\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.  
 $S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

ITBI		ITCD	
$\alpha = 5.445.112,13$ ( <i>P value</i> : 6,32E-14)		$\alpha = 28.045,53$ ( <i>P value</i> : 0,36E+00)	
$\beta = 221903,41$ ( <i>P value</i> : 1,42E-38)		$\beta = 67.932,06$ ( <i>P value</i> : 3,00E-28)	
$R^2 = 0,8144$		$R^2 = 0,6477$	
$S_{jan} = 0,8472$	$S_{jul} = 1,0756$	$S_{jan} = 1,9684$	$S_{jul} = 0,6683$
$S_{fev} = 0,9725$	$S_{ago} = 1,1262$	$S_{fev} = 1,1946$	$S_{ago} = 0,8697$
$S_{mar} = 1,0102$	$S_{set} = 0,9545$	$S_{mar} = 1,1781$	$S_{set} = 0,8867$
$S_{abr} = 0,9827$	$S_{out} = 0,9754$	$S_{abr} = 1,0284$	$S_{out} = 0,8531$
$S_{mai} = 1,0180$	$S_{nov} = 0,9196$	$S_{mai} = 0,9150$	$S_{nov} = 0,8244$
$S_{jun} = 1,0106$	$S_{dez} = 1,1074$	$S_{jun} = 0,7946$	$S_{dez} = 0,8186$

Uma vez estimados os parâmetros das equações, a receita bruta foi projetada para o período 2015 a 2017.

Foram adicionadas à receita bruta as estimativas da tributação sobre as transações imobiliárias de imóveis novos da TERRACAP e CODHAB, que não implicará em aumento da arrecadação diante da remissão e isenção previstas para essas situações.

#### ITBI

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	402.456	434.410	466.364
(+) Expectativa de receita novos imóveis TERRACAP e CODHAB	59.505	62.819	66.123
(-) Inadimplência estimada	319	336	354
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	1.737	1.793	1.879
(-) Renúncia estimada	60.676	64.056	67.425
(=) Receita estimada	402.703	434.630	466.588

#### ITCD

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	102.804	112.587	122.369
(+) Expectativa de receita novos imóveis TERRACAP e CODHAB	9.793	10.339	10.883
(-) Inadimplência estimada	1.832	1.934	2.036
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	5.626	2.502	1.994
(-) Renúncia estimada	10.952	11.562	12.170
(=) Receita estimada	105.439	111.931	121.040

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 /2015

Folha Nº 12 Rá

#### MULTAS e JUROS dos TRIBUTOS e da DÍVIDA ATIVA

Uma vez que tais receitas representam a recuperação de créditos de exercícios anteriores, a construção da série histórica da receita bruta considerou apenas a renúncia. Assim, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2003, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta*t)*S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1$  (jan/2003), 2, 3..138 (junho/2014).  
 $\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.  
 $S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA		MULTAS E JUROS TRIBUTOS	
$\alpha = -353.207,95$ ( <i>P value</i> : 0,15018)		$\alpha = 1.529.742,41$ ( <i>P value</i> : 3,4E-09)	
$\beta = 53.511,46$ ( <i>P value</i> : 8,76E-37)		$\beta = 40.985,57$ ( <i>P value</i> : 4,56E-27)	
$S_{jan} = 0,4939$	$S_{jul} = 0,5770$	$S_{jan} = 1,0776$	$S_{jul} = 1,3308$
$S_{fev} = 0,6011$	$S_{ago} = 0,5368$	$S_{fev} = 0,5664$	$S_{ago} = 1,2484$
$S_{mar} = 6,1392$	$S_{set} = 0,4328$	$S_{mar} = 0,6773$	$S_{set} = 1,1337$
$S_{abr} = 0,5810$	$S_{out} = 0,5305$	$S_{abr} = 0,7647$	$S_{out} = 1,1698$
$S_{mai} = 0,5282$	$S_{nov} = 0,5210$	$S_{mai} = 0,9516$	$S_{nov} = 0,9569$
$S_{jun} = 0,5102$	$S_{dez} = 0,5484$	$S_{jun} = 0,9873$	$S_{dez} = 1,1356$

Foram incluídas as estimativas de receita do programa de recuperação de créditos "Recupera DF 1, 2 e 3".

### MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta para o exercício	80.792	86.694	92.596
(+) Expectativa receita programas recuperação de créditos	897	607	447
(-) Renúncia	30.295	7.878	3.384
(=) Receita estimada	51.394	79.422	89.659

### MULTAS E JUROS DA DÍVIDA ATIVA

Item	Valores Correntes em R\$ 1.000		
	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	75.921	83.626	91.332
(+) Expectativa receita programas recuperação de créditos	20.302	6.643	3.941
(-) Renúncia	76.447	18.306	6.548
(=) Receita estimada	19.775	71.964	88.725

### DÍVIDA ATIVA

Foi estudado o movimento de tendência da série histórica do estoque mensal da dívida ativa, desde dezembro de 2006, estimando-se pelo método dos mínimos quadrados ordinários, além da relação média entre a receita da dívida ativa e o seu estoque, calculada a partir de janeiro de 2009.

A projeção da receita bruta para os anos de 2015 a 2017 baseou-se na referida média aplicada sobre a estimativa da tendência do estoque para o respectivo ano. Foram incluídas as estimativas de receita do programa de recuperação de créditos "Recupera DF 1, 2 e 3".

## RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2015	2016	2017
Receita Bruta da Dívida Ativa	285.266	312.647	340.027
(+) Expectativa receita programas recuperação de créditos	69.507	20.880	11.869
(=) Receita estimada	354.773	333.526	351.897

### SIMPLES

Foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro de 2008, estimando-se, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, uma equação linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziu-se uma equação com a seguinte especificação:  $Y_t = (\alpha + \beta * t) * S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2008), 2, 3 .. 78 (jun/2014).

$\alpha$  e  $\beta$  são os parâmetros a serem estimados.

$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

SIMPLES	
$\alpha = 8.114.073,82$ (P value: 1,98E-23)	
$\beta = 236.358,38$ (P value: 1,04E-30)	
$R^2 = 0,8250$	
$S_{jan} = 1,1110$	$S_{jul} = 0,9708$
$S_{fev} = 0,8512$	$S_{ago} = 1,1425$
$S_{mar} = 1,0337$	$S_{set} = 1,0430$
$S_{abr} = 0,9439$	$S_{out} = 1,0204$
$S_{mai} = 0,9454$	$S_{nov} = 1,0037$
$S_{jun} = 0,8732$	$S_{dez} = 1,0614$

### ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA

Valores Correntes em R\$ 1.000

2015	2016	2017
23.187	21.140	21.631

### IRRF

As projeções de receita para o IRRF, constantes do PLDO/2015, foram fornecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

### TAXAS ADMINISTRADAS PELA ADASA

A ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal foi a fonte das previsões para o triênio 2015-2017 da Taxa de Fiscalização de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento e da Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos.

### TAXAS ADMINISTRADAS PELA AGEFIS

Setor de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 14 fls

A AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal informou a projeção das receitas de sua competência para o triênio 2015-2017, a saber TFE - Taxa de Funcionamento de Estabelecimento e TEO - Taxa de Execução de Obras.

## OUTRAS RECEITAS

A atualização monetária pelo INPC médio previsto para 2015 a 2017 foi estendida às receitas dos Encargos da Dívida Ajuizada, Taxa de Expediente e Contribuições para PINAT, Recursos do Regime Simplificado de Bares e Restaurantes, Regime Especial de Apuração – REA ICMS, Fundos de Participação dos Estados e DF (FPE) e dos Municípios (FPM).

## RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos seguintes demonstrativos anexos:

- A) ANEXO I – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2015 A 2017 VALORES CORRENTES EM R\$;
- B) ANEXO II – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2015 A 2017 VALORES CORRENTES EM R\$;
- C) ANEXO III – RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2015 A 2017 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- D) ANEXO IV – RELATÓRIO DE RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2015 A 2017 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- E) ANEXO V – EXPANSÃO REAL PREVISTA PARA A RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2015 A 2017 VALORES CONSTANTES EM R\$;
- F) ANEXO VI – RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA 2011-2017 VALORES CORRENTES EM R\$.

### 5.2 - RECEITAS TRIBUTÁRIAS ADMINISTRADAS PELA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS

O presente estudo tem como objetivo incorporar, na previsão das receitas de origem tributária da espécie Taxa do Poder de Polícia, instituídas pela Lei Nº 783, de 30 de outubro de 2008 além das receitas não tributárias decorrentes de ações de competência da Agência de Fiscalização do Distrito Federal a expectativa de arrecadação proveniente de ações passíveis de implementação no âmbito dessa Agência para subsidiar o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015. O documento apresenta as estimativas da receita tributária para os exercícios de 2014 a 2017.

Setor de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 15 *Rea*

## PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2014-2017

Os parâmetros e a metodologia são como segue:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

### TFE – Taxa de Fiscalização de Estabelecimento

De posse do lançamento de ofício da TFE para o exercício 2014, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2015 a 2017, tendo como parâmetro o número de empresas que fecham e abrem durante o ano estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização das equipes móveis volantes conforme o anteprojeto da SUPLAN/ESPRO.

### TFE

Valores Correntes em R\$

Item	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	10.064.585,05	10.652.356,82	11.232.910,26	11.830.501,09	12.445.687,15
(+) Ações de equipes volantes	211.600,00	223.957,44	236.163,12	248.727,00	261.660,80
(+) Vistorias em estabelecimentos discriminados como Área Zero	174.800,00	185.008,32	195.091,27	205.470,13	216.154,58
(+) Fiscalização de rotina	400.200,00	423.571,68	446.656,34	470.418,45	494.880,21
(+) Novos estabelecimentos comerciais	686.320,00	726.401,09	765.989,95	806.740,61	848.691,12
(-) Estabelecimentos comerciais que encerram as atividades	533.600,00	564.762,24	595.541,78	627.224,60	659.840,28



(-) Renúncia estimada	1.499.600,00	1.587.176,64	1.673.677,77	1.762.717,42	1.854.378,73
(-) Inadimplência estimada	1.383.242,00	1.464.023,33	1.543.812,60	1.625.943,43	1.710.492,49
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	452.640,00	479.074,18	505.183,72	532.059,49	559.726,59
(=) Receita estimada	8.573.703,05	8.595.333,13	9.063.778,79	9.545.971,82	10.042.362,35

### TEO – Taxa de Fiscalização de Obras

De posse do lançamento de ofício da TEO para 2014, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2015 a 2017, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização das equipes móveis volantes conforme o anteprojeto da SUPLAN/ESPRO.

### TEO

Valores Correntes em R\$

Item	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	8.481.882,50	8.977.224,44	9.466.483,17	9.970.100,07	10.488.545,28
(+) Ações de equipes volantes	263.900,00	279.311,76	294.534,25	310.203,47	326.334,05
(+) Vistorias em Obras	172.900,00	182.997,36	192.970,72	203.236,76	213.805,07
(+) Fiscalização de rotina	409.500,00	433.414,80	457.035,91	481.350,22	506.380,43
(+) Novas ocorrências de obras	1.046.500,00	1.107.615,60	1.167.980,65	1.230.117,22	1.294.083,32
(-) Obras que obtêm o Certificado de Conclusão	882.500,00	934.038,00	984.943,07	1.037.342,04	1.091.283,83
(-) Renúncia estimada	1.181.459,46	1.250.456,69	1.318.606,58	1.388.756,45	1.460.971,79
(-) Inadimplência estimada	1.547.000,00	1.637.344,80	1.726.580,09	1.818.434,15	1.912.992,73

(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	76.667,50	81.144,88	85.567,28	90.119,46	94.805,67
(=) Receita estimada	6.763.723,04	7.158.724,47	7.548.874,95	7.950.475,10	8.363.899,80

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

## RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos demonstrativos anexos a esta Lei:

**ANEXO I**  
**RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015 A 2017**  
**VALORES CORRENTES EM R\$**

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
		<b>TOTAL DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA</b>	<b>15.395.427.094</b>	<b>16.670.802.507</b>	<b>18.040.737.636</b>
1100.00.00		RECEITA TRIBUTÁRIA	14.274.562.330	15.455.594.709	16.742.369.750
1110.00.00		IMPOSTOS	14.101.848.631	15.273.913.679	16.551.580.439
1112.00.00		IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	4.632.055.751	4.976.984.581	5.341.662.726
1112.02.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	648.220.240	684.225.172	720.195.067
1112.04.00	100	IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (1)	2.695.563.891	2.922.373.623	3.166.841.867
1112.05.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	780.129.009	823.824.445	866.998.162
1112.07.00	100	IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	105.439.209	111.931.289	121.039.595
1112.08.00	100	IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	402.703.402	434.630.052	466.588.035
1113.00.00		IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	9.469.792.880	10.296.928.998	11.209.917.714
1113.02.00	100	IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRANS.P.E COMUNICAÇÃO	7.328.500.933	7.989.116.627	8.755.742.805
1113.05.00	100	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.753.160.054	1.885.644.872	2.034.162.595
1113.06.00	100	IMPOSTO SIMPLES	388.131.892	422.167.499	419.354.314
1120.00.00		TAXAS	172.713.699	181.681.130	190.789.310
1121.00.00		PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	71.019.725	74.351.836	77.820.144
1121.41.00	150	TAXA DE FISC.SERV.PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMEN	14.811.574	15.478.095	16.174.609
1121.42.00	151	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	39.595.498	41.377.295	43.239.273
1121.44.00	160	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO	9.063.779	9.545.972	10.042.362
1121.45.00	160	TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS	7.548.875	7.950.475	8.363.900
1122.00.00		PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	101.693.974	107.329.294	112.969.166
1122.05.00	111	TAXA DE EXPEDIENTE	280.078	295.680	311.232
1122.09.00	115	TAXA DE VISTORIA DE ESTABELECIMENTO	705	744	783
1122.90.00	114	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	101.413.191	107.032.870	112.657.151
1220.03.03	152	CONTRIB. PROG. INCENT. ARREC. EDUC. TRIBUTÁRIA - PINAT	881.684	930.798	979.756
1220.03.05	156	RECURSOS DO REGIME SIMPLIFICADO DE BARES E RESTAURANTES	265.419	280.204	294.942
1600.02.20	100	REGIME ESPECIAL DE APURAÇÃO - REA ICMS	795.673	839.995	884.178
1721.01.01	101	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DF	528.987.488	558.454.221	587.828.027
1721.01.02	102	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	140.806.331	148.649.811	156.468.555
		<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>449.128.169</b>	<b>506.052.770</b>	<b>551.912.429</b>
1911.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	51.393.904	79.422.268	89.658.917
1911.20.00	100	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	6.296.055	9.729.694	10.983.744
1911.23.00	100	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	6.987.091	10.797.596	12.189.287
1911.38.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	3.952.096	6.107.425	6.894.605
1911.39.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	587.213	907.458	1.024.419
1911.40.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	7.550.445	11.668.182	13.172.082
1911.41.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	11.181.811	17.279.964	19.507.159
1911.42.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	13.707.863	21.183.633	23.913.968
1911.43.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	1.056.759	1.633.076	1.843.562
1911.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	74.571	115.239	130.092
1913.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	19.775.025	71.963.802	88.725.472
1913.11.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	6.062.331	22.061.584	27.200.125
1913.12.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	39.016	141.983	175.053
1913.13.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	2.131.806	7.757.909	9.564.866
1913.14.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	4.795.557	17.451.637	21.516.438
1913.15.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.889.834	14.155.595	17.452.689
1913.20.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	285.310	1.038.279	1.280.113
1913.22.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.747.639	6.359.877	7.841.208
1913.25.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	310.148	1.128.667	1.391.554
1913.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	513.385	1.868.272	2.303.426
1931.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	354.772.682	333.526.474	351.896.895
1931.11.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	103.492.577	97.294.736	102.653.666
1931.12.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	638.366	600.137	633.192
1931.13.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	30.372.187	28.553.293	30.125.990
1931.14.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	84.212.501	79.169.282	83.529.874
1931.15.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	68.452.327	64.352.935	67.897.453
1931.17.00	114	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	28.527.769	26.819.331	28.296.523
1931.20.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	3.469.635	3.261.850	3.441.511
1931.21.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	6.175.110	5.805.302	6.125.054
1931.25.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA ADVINDA LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.663.129	1.563.529	1.649.647
1931.99.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	27.769.081	26.106.079	27.543.985
1934.00.00	100	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA (2)	23.186.558	21.140.226	21.631.145

Notas: (1) Projeções fornecidas pela Subsecretaria de Orçamento Público/SEPLAN.

(2) Inclui Dívida Ativa Não-Tributária.

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/AESP/SEF.

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 19 pla

**ANEXO II**  
**RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015 A 2017**  
**VALORES CORRENTES EM R\$**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	51.393.904	79.422.268	89.658.917
1911.20.00	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	6.296.055	9.729.694	10.983.744
1911.20.01	MULTAS DO ITCD	3.025.345	4.675.259	5.277.848
1911.20.02	JUROS DO ITCD	3.270.710	5.054.435	5.705.896
1911.23.00	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	6.987.091	10.797.596	12.189.287
1911.23.04	MULTAS P/DESCUMPRIMENTO OBRIGAÇÃO TRIB.ACESSORIA	5.487.152	8.479.645	9.572.577
1911.23.08	MULTA POR DESC.OBRIG.TRIB.PRINCIPAL - AI ICMS	1.446.507	2.235.379	2.523.495
1911.23.09	MULTA POR DESC.OBRIG.TRIB.PRINCIPAL - AI ISS	53.432	82.572	93.215
1911.38.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	3.952.096	6.107.425	6.894.605
1911.38.01	MULTAS DO IPTU	3.002.750	4.640.340	5.238.428
1911.38.02	JUROS DE MORA DO IPTU	949.346	1.467.086	1.656.177
1911.39.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	587.213	907.458	1.024.419
1911.39.01	MULTAS DO ITBI	587.213	907.458	1.024.419
1911.40.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	7.550.445	11.668.182	13.172.082
1911.40.01	MULTAS DO ISS	4.930.690	7.619.709	8.601.805
1911.40.02	JUROS DE MORA DO ISS	2.619.754	4.048.473	4.570.276
1911.41.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	11.181.811	17.279.964	19.507.159
1911.41.01	MULTAS DO IPVA	9.099.762	14.062.441	15.874.933
1911.41.02	JUROS DE MORA DO IPVA	2.082.049	3.217.523	3.632.226
1911.42.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	13.707.863	21.183.633	23.913.968
1911.42.01	MULTAS DO ICMS	8.318.773	12.855.529	14.512.464
1911.42.02	JUROS DE MORA DO ICMS	5.389.090	8.328.104	9.401.504
1911.43.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	1.056.759	1.633.076	1.843.562
1911.43.01	MULTAS DA TLP	794.450	1.227.714	1.385.953
1911.43.02	JUROS DE MORA DA TLP	262.309	405.362	457.609
1911.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	74.571	115.239	130.092
1911.99.03	MULTAS - OUTROS TRIBUTOS	27.245	42.103	47.529
1911.99.04	JUROS DE MORA - OUTROS TRIBUTOS	47.326	73.137	82.563
1913.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	19.775.025	71.963.802	88.725.472
1913.11.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	6.062.331	22.061.584	27.200.125
1913.11.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	1.188.831	4.326.306	5.333.981
1913.11.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	3.818.568	13.896.249	17.132.936
1913.11.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	1.054.932	3.839.029	4.733.209
1913.12.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	39.016	141.983	175.053
1913.12.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	5.823	21.190	26.125
1913.12.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	31.560	114.850	141.601
1913.12.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	1.633	5.943	7.328
1913.13.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	2.131.806	7.757.909	9.564.866
1913.13.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	321.719	1.170.775	1.443.469
1913.13.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	1.559.832	5.676.424	6.998.566
1913.13.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	250.255	910.710	1.122.830
1913.14.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	4.795.557	17.451.637	21.516.438
1913.14.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.127.203	4.102.032	5.057.470
1913.14.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	3.668.355	13.349.604	16.458.968
1913.15.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.889.834	14.155.595	17.452.689
1913.15.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	921.616	3.353.876	4.135.055
1913.15.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	2.968.218	10.801.719	13.317.634
1913.20.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	285.310	1.038.279	1.280.113
1913.20.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	63.773	232.078	286.133
1913.20.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	221.537	806.201	993.980
1913.22.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.747.639	6.359.877	7.841.208
1913.22.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	346.887	1.262.365	1.556.393
1913.22.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.059.376	3.855.204	4.753.151
1913.22.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	341.375	1.242.308	1.531.664
1913.25.00	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	310.148	1.128.667	1.391.554
1913.25.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	25.752	93.716	115.544
1913.25.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	281.392	1.024.022	1.262.536
1913.25.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	3.003	10.929	13.474
1913.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	513.385	1.868.272	2.303.426
1913.99.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	98.205	357.381	440.621
1913.99.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	320.481	1.166.270	1.437.915
1913.99.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	94.699	344.621	424.889

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/AESP/SEF.

Sector de Protocolo Legislativo

PL Nº 186/2015

Folha Nº 20 de 20

ANEXO III  
RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015 A 2017  
VALORES CONSTANTES EM R\$ (1)

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
		<b>TOTAL DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA</b>	<b>14.617.543.412</b>	<b>15.021.338.863</b>	<b>15.461.174.704</b>
1100.00.00		RECEITA TRIBUTÁRIA	13.553.312.604	13.926.367.693	14.348.454.530
1110.00.00		IMPOSTOS	13.389.325.498	13.762.662.687	14.184.945.315
1112.00.00		IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	4.398.012.190	4.484.545.473	4.577.882.694
1112.02.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	615.467.661	616.525.699	617.217.653
1112.04.00	100	IMPOSTO S/RENTA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	2.559.365.320	2.633.224.433	2.714.029.567
1112.05.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEICULO AUTOMOTORES	740.711.484	742.312.564	743.030.042
1112.07.00	100	IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	100.111.690	100.856.442	103.732.694
1112.08.00	100	IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMOVEIS	382.356.035	391.626.335	399.872.737
1113.00.00		IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	8.991.313.308	9.278.117.215	9.607.062.621
1113.02.00	100	IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRASP.E COMUNICAÇÃO	6.958.214.272	7.198.647.336	7.503.799.008
1113.05.00	100	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.664.578.257	1.699.073.010	1.743.870.863
1113.06.00	100	IMPOSTO SIMPLES	380.520.779	380.396.868	359.392.750
1120.00.00		TAXAS	163.987.006	163.705.006	163.509.215
1121.00.00		PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	67.431.316	66.995.223	66.692.996
1121.41.00	150	TAXA DE FISC.SERV.PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	14.063.190	13.946.641	13.861.875
1121.42.00	151	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HIDRÍCOS	37.594.859	37.283.290	37.056.686
1121.44.00	160	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO	8.605.814	8.601.462	8.606.451
1121.45.00	160	TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS	7.167.453	7.163.829	7.167.984
1122.00.00		PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	96.555.689	96.709.783	96.816.219
1122.05.00	111	TAXA DE EXPEDIENTE	265.927	266.424	266.730
1122.09.00	115	TAXA DE VISTORIA DE ESTABELECIMENTO	669	670	671
1122.90.00	114	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	96.289.094	96.442.688	96.548.818
1220.03.03	162	CONTRIBUIÇÃO PROG. INCENTIVO ARREC. EDUC. TRIBUTÁRIA - PINAT	837.135	838.701	839.665
1220.03.06	120	RECURSOS DO REGIME SIMPLIFICADO DE BARES E RESTAURANTES	252.008	252.479	252.769
1600.02.20	100	REGIME ESPECIAL DE APURAÇÃO - REA ICMS	755.470	756.884	757.753
1721.01.01	101	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DF	502.269.374	503.198.936	503.777.174
1721.01.02	102	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	133.691.819	133.941.913	134.095.829
1900.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	426.435.101	455.982.256	472.996.984
1911.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	48.797.127	71.563.969	76.838.997
1911.20.00	100	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	5.977.935	8.767.006	9.413.228
1911.23.00	100	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	6.634.055	9.729.247	10.446.396
1911.38.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	3.752.409	5.503.137	5.908.777
1911.39.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	557.543	817.671	877.942
1911.40.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	7.168.944	10.513.694	11.288.666
1911.41.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	10.616.828	15.570.228	16.717.919
1911.42.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	13.015.247	19.087.655	20.494.618
1911.43.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	1.003.364	1.471.494	1.579.959
1911.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	70.803	103.837	111.491
1913.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	18.775.853	64.843.469	76.039.021
1913.11.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	5.756.020	19.878.739	23.310.903
1913.12.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	37.044	127.935	150.023
1913.13.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	2.024.092	6.990.316	8.197.229
1913.14.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	4.553.253	15.724.915	18.439.901
1913.15.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.693.293	12.754.994	14.957.208
1913.20.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	270.894	935.548	1.097.076
1913.22.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.659.336	5.730.610	6.720.029
1913.25.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	294.477	1.016.993	1.192.582
1913.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	487.445	1.683.419	1.974.070
1931.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	336.847.108	300.526.275	301.580.760
1931.11.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	98.263.415	87.668.077	87.975.686
1931.12.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	606.112	540.757	542.655
1931.13.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	28.837.574	25.728.137	25.818.412
1931.14.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	79.957.502	71.336.014	71.586.318
1931.15.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	64.993.641	57.985.645	58.189.105
1931.17.00	114	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	27.086.348	24.165.739	24.250.532
1931.20.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	3.294.325	2.939.112	2.949.425
1931.21.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	5.863.100	5.230.907	5.249.261
1931.25.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA ADVINDA LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.579.096	1.408.828	1.413.772
1931.99.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	26.365.995	23.523.058	23.605.596
1934.00.00	100	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA (2)	22.015.013	19.048.543	18.638.206

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/AESP/SEF.

Nota: (1) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo I) para o ano de 2014 pelo IGP-DI médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 04/07/2014, para o IGP-DI acumulado: 5,37% em 2014; 5,57% em 2015; e 5,21% em 2016 e 5,08% em 2017 (www.bcb.gov.br).

(2) Inclui Dívida Ativa Não-Tributária.

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 21 de 21

**ANEXO IV**  
**RELATÓRIO DA RECEITA PREVISTA DE MULTAS E JUROS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015 A 2017**  
**VALORES CONSTANTES (1)**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	48.797.127	71.563.969	76.838.997
1911.20.00	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	5.977.935	8.767.006	9.413.228
1911.20.01	MULTAS DO ITCD	2.872.484	4.212.673	4.523.192
1911.20.02	JUROS DO ITCD	3.105.451	4.554.333	4.890.036
1911.23.00	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	6.634.055	9.729.247	10.446.396
1911.23.04	MULTAS P/DESCUMPRIMENTO OBRIGAÇÃO TRIB.ACESSÓRIA	5.209.903	7.640.641	8.203.838
1911.23.08	MULTA POR DESC.OBRIG.TRIB.PRINCIPAL - AI ICMS	1.373.419	2.014.204	2.162.672
1911.23.09	MULTA POR DESC.OBRIG.TRIB.PRINCIPAL - AI ISS	50.732	74.402	79.886
1911.38.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	3.752.409	5.503.137	5.908.777
1911.38.01	MULTAS DO IPTU	2.851.030	4.181.209	4.489.409
1911.38.02	JUROS DE MORA DO IPTU	901.379	1.321.927	1.419.367
1911.39.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	557.543	817.671	877.942
1911.39.01	MULTAS DO ITBI	557.543	817.671	877.942
1911.40.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	7.168.944	10.513.694	11.288.666
1911.40.01	MULTAS DO ISS	4.681.558	6.865.791	7.371.872
1911.40.02	JUROS DE MORA DO ISS	2.487.386	3.647.904	3.916.793
1911.41.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	10.616.828	15.570.228	16.717.919
1911.41.01	MULTAS DO IPVA	8.639.979	12.671.057	13.605.049
1911.41.02	JUROS DE MORA DO IPVA	1.976.850	2.899.171	3.112.871
1911.42.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	13.015.247	19.087.655	20.494.618
1911.42.01	MULTAS DO ICMS	7.898.451	11.583.561	12.437.393
1911.42.02	JUROS DE MORA DO ICMS	5.116.796	7.504.094	8.057.226
1911.43.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	1.003.364	1.471.494	1.579.959
1911.43.01	MULTAS DA TLP	754.309	1.106.240	1.187.782
1911.43.02	JUROS DE MORA DA TLP	249.055	365.254	392.177
1911.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	70.803	103.837	111.491
1911.99.03	MULTAS - OUTROS TRIBUTOS	25.868	37.937	40.733
1911.99.04	JUROS DE MORA - OUTROS TRIBUTOS	44.935	65.900	70.758
1913.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	18.775.853	64.843.469	76.039.021
1913.11.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	5.756.020	19.878.739	23.310.903
1913.11.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	1.128.763	3.898.247	4.571.299
1913.11.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	3.625.627	12.521.308	14.683.176
1913.11.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	1.001.629	3.459.183	4.056.429
1913.12.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	37.044	127.935	150.023
1913.12.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	5.528	19.093	22.389
1913.12.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	29.965	103.486	121.354
1913.12.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	1.551	5.355	6.280
1913.13.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	2.024.092	6.990.316	8.197.229
1913.13.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	305.463	1.054.934	1.237.074
1913.13.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	1.481.018	5.114.780	5.997.873
1913.13.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	237.610	820.601	962.282
1913.14.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	4.553.253	15.724.915	18.439.901
1913.14.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	1.070.249	3.696.164	4.334.325
1913.14.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	3.483.004	12.028.751	14.105.575
1913.15.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	3.693.293	12.754.994	14.957.208
1913.15.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	875.050	3.022.033	3.543.802
1913.15.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	2.818.243	9.732.961	11.413.406
1913.20.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	270.894	935.548	1.097.076
1913.20.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	60.551	209.115	245.220
1913.20.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	210.343	726.433	851.855
1913.22.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.659.336	5.730.610	6.720.029
1913.22.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	329.360	1.137.463	1.333.851
1913.22.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	1.005.849	3.473.757	4.073.519
1913.22.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	324.127	1.119.390	1.312.659
1913.25.00	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	294.477	1.016.993	1.192.582
1913.25.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	24.451	84.443	99.023
1913.25.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	267.174	922.702	1.082.011
1913.25.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DO SIMPLES	2.851	9.847	11.548
1913.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA OUTROS TRIBUTOS	487.445	1.683.419	1.974.070
1913.99.01	MULTAS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	93.243	322.020	377.619
1913.99.02	JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	304.288	1.050.876	1.232.314
1913.99.03	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	89.914	310.523	364.136

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/AESP/SEF.

Nota: (1) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo I) para o ano de 2014 pelo IGP-DI médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 04/07/2014, para o IGP-DI acumulado: 5,37% em 2014; 5,57% em 2015; e 5,21% em 2016 e 5,08% em 2017 (www.bcb.gov.br).

Setor de Protocolo Legislativo  
 PL Nº 186 / 2015  
 Folha Nº 22 *rea*

**ANEXO V**  
**EXPANSÃO REAL DA RECEITA PREVISTA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2015 A 2017**  
**VALORES CONSTANTES EM R\$ (1)**

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017
		<b>TOTAL DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA</b>	<b>593.385.548</b>	<b>403.795.451</b>	<b>439.835.841</b>
1100.00.00		RECEITA TRIBUTÁRIA	621.764.465	373.055.189	422.086.837
1100.00.00		IMPOSTOS	633.947.118	373.337.189	422.282.627
1112.00.00		IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	199.577.714	86.533.283	93.337.221
1112.02.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	51.174.709	1.058.038	691.954
1112.04.00	100	IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	60.696.530	73.859.113	80.805.134
1112.05.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	10.848.092	1.601.080	717.478
1112.07.00	100	IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	29.491.521	744.752	2.876.253
1112.08.00	100	IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	47.366.862	9.270.300	8.246.402
1113.00.00		IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	434.369.404	286.803.906	328.945.406
1113.02.00	100	IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRASP.E COMUNICAÇÃO	218.087.294	240.433.064	305.151.671
	100	FIN. ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO - FIDE	(119.022.402)	-	-
1113.05.00	100	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	181.815.895	34.494.753	44.797.853
1113.06.00	100	IMPOSTO SIMPLES	34.466.214	11.876.089	(21.004.118)
1120.00.00		TAXAS	(12.182.652)	(282.000)	(195.790)
1121.00.00		PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	(139.000)	(436.093)	(302.227)
1121.41.00	150	TAXA DE FISC.SERV.PUBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO	(43.070)	(116.549)	(84.766)
1121.42.00	151	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(115.139)	(311.568)	(226.604)
1121.44.00	160	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO	10.481	(4.352)	4.988
1121.45.00	160	TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS	8.729	(3.624)	4.155
1122.00.00		PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(12.043.653)	154.094	106.436
1122.05.00	111	TAXA DE EXPEDIENTE	(41.065)	497	306
1122.09.00	115	TAXA DE VISTORIA DE ESTABELECIMENTO	(308)	1	1
1122.90.00	114	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	(12.002.279)	153.595	106.129
1220.03.03	152	CONTRIBUIÇÃO PROG. INCENTIVO ARREC. EDUC. TRIBUTÁRIA - PINAT	4.105	1.566	964
1220.03.05	120	RECURSOS DO REGIME SIMPLIFICADO DE BARES E RESTAURANTES	1.236	471	290
1600.02.20	100	REGIME ESPECIAL DE APURAÇÃO - REA ICMS	3.704	1.413	870
1721.01.01	101	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DF	2.462.567	939.563	578.237
1721.01.02	102	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	655.515	250.094	153.916
1900.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	(31.506.143)	29.547.155	17.014.727
1911.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	(34.428.108)	22.766.842	5.275.027
1911.20.00	100	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	(4.217.645)	2.789.072	646.222
1911.23.00	100	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	(4.680.562)	3.095.192	717.149
1911.38.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	(2.647.458)	1.750.728	405.640
1911.39.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	(393.367)	260.128	60.271
1911.40.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	(5.057.945)	3.344.750	774.971
1911.41.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	(7.490.550)	4.953.399	1.147.692
1911.42.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	(9.182.719)	6.072.408	1.406.964
1911.43.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	(707.909)	468.131	108.465
1911.44.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SIMPLES	-	-	-
1911.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	(49.954)	33.034	7.654
1913.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	(33.833.701)	46.067.615	11.195.552
1913.11.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	(10.372.229)	14.122.719	3.432.165
1913.12.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	(66.753)	90.890	22.089
1913.13.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	(3.647.372)	4.966.224	1.206.913
1913.14.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	(8.204.867)	11.171.662	2.714.986
1913.15.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	(6.655.237)	9.061.702	2.202.214
1913.20.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	(488.146)	664.654	161.527
1913.22.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	(2.990.089)	4.071.274	989.419
1913.25.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	(530.642)	722.516	175.589
1913.35.00	120	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FUNC. DE ESTABELEC.	-	-	-
1913.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	(878.366)	1.195.974	290.651
1931.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	32.544.866	(36.320.832)	1.054.484
1931.11.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	9.493.831	(10.595.338)	307.609
1931.12.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	58.560	(65.355)	1.897
1931.13.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	2.786.175	(3.109.436)	90.275
1931.14.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	7.725.185	(8.621.487)	250.303
1931.15.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	6.279.434	(7.007.996)	203.460
1931.17.00	114	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	2.616.978	(2.920.609)	84.793
1931.20.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	318.285	(355.214)	10.313
1931.21.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	566.470	(632.194)	18.354
1931.25.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA ADVINDA LC 52/97 (COMP.C/ PRECATORIOS)	152.566	(170.267)	4.943
1931.99.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	2.547.381	(2.842.936)	82.538
1934.00.00	100	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA (2)	4.210.800	(2.966.470)	(510.337)

Elaboração: Assessoria de Estudos Econômicos e Política Fiscal/UEF/AESP/SEF.

Nota: (1) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo I) para o ano de 2014 pelo IGP-DI médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 04/07/2014, para o IGP-DI acumulado: 5,37% em 2014; 5,57% em 2015; e 5,21% em 2016 e 5,08% em 2017 (www.bcb.gov.br).

(2) Inclui Dívida Ativa Não-Tributária.

Setor de Protocolo Legislativo  
 PL Nº 186 / 2015  
 Folha Nº 23 Ra





**ANEXO II, QUE ALTERA O ANEXO V DA LEI Nº 5.389, DE 13 DE AGOSTO DE 2014**

**ANEXO V  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ milhares	
	VALORES REALIZADOS		%	LOA		%	2015		PROJEÇÃO		%	2017
	2012	2013		2014	2014		2016	2016				
Receita Total	15.699.469	16.901.516	7,66	21.451.121	26,92	29.485.599	37,45	33.127.874	12,35	35.031.966	5,75	
Receita Não Financeira (I)	15.083.907	16.381.376	8,60	18.914.813	15,47	27.110.999	43,33	29.544.449	8,98	31.886.802	7,93	
Despesa Total	15.817.456	18.133.090	14,64	21.451.121	18,30	29.485.599	37,45	33.127.874	12,35	35.031.966	5,75	
Despesa Não Financeira (II)	15.398.026	17.570.858	14,11	20.893.172	18,91	28.895.511	38,01	32.302.382	12,02	34.141.043	5,69	
Resultado Primário (I-II)	(314.119)	(1.189.482)	278,67	(1.978.360)	66,32	(1.724.512)	0,00	(2.757.933)	59,93	(2.254.241)	-18,26	
Resultado Nominal	(613.928)	1.111.036	-280,97	1.952.288	75,72	1.652.363	-15,36	825.187	-50,06	220.497	-73,28	
Dívida Pública Consolidada	4.430.824	4.613.207	4,12	7.467.323	61,87	7.029.779	-5,86	7.984.729	13,58	8.340.555	4,46	
Dívida Consolidada Líquida	1.432.931	2.543.967	77,54	5.005.904	96,78	4.434.537	-11,41	5.259.724	18,61	5.480.222	4,19	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ milhares	
	VALORES REALIZADOS		%	LOA		%	2015		PROJEÇÃO		%	2017
	2012	2013		2014	2014		2016	2016				
Receita Total	17.679.816	17.971.382	1,65	21.451.121	19,36	27.837.612	29,77	29.671.109	6,59	29.811.417	0,47	
Receita Não Financeira (I)	16.986.607	17.418.317	2,54	18.914.813	8,59	25.595.732	35,32	26.461.600	3,38	27.134.953	2,54	
Despesa Total	17.812.686	19.280.914	8,24	21.451.121	11,26	27.837.612	29,77	29.671.109	6,59	29.811.417	0,47	
Despesa Não Financeira (II)	17.340.349	18.683.093	7,74	20.893.172	11,83	27.223.858	30,30	28.931.754	6,27	29.053.262	0,42	
Resultado Primário (I-II)	(353.742)	(1.264.776)	257,54	(1.978.360)	56,42	(1.628.127)	0,00	(2.470.154)	51,72	(1.918.309)	-22,34	
Resultado Nominal	(691.370)	1.181.364	-270,87	1.952.288	65,26	1.560.010	-20,09	739.082	-52,62	187.638	-74,61	
Dívida Pública Consolidada	4.989.733	4.905.223	-1,69	7.467.323	52,23	6.636.876	-11,12	7.151.554	7,75	7.097.625	-0,75	
Dívida Consolidada Líquida	1.613.682	2.705.000	67,63	5.005.904	85,06	4.186.685	-16,37	4.710.893	12,52	4.663.546	-1,01	

**Observações:**

- Os dados relativos a receitas e despesas realizadas foram extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO e das estimadas do anexo de metas anuais.
- Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" e representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior.
- Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.
- As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA), foram obtidos no site do Banco Central do Brasil, na data de referência 04/04/2014 e as realizadas no site do IBGE. IPCA utilizado - Realizado: 2012: 5,83% e 2013: 5,91%; Estimado: 2014: 6,33%, 2015: 5,92%, 2016: 5,41%, 2017: 5,25%.
- O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e são apenas indicativas.

ANEXO III, QUE ALTERA O ANEXO VI DA LEI Nº 5.389, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

ANEXO VI

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LDO, art. 8º, XIX

1. EXPANSÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA 2015	1.267.039.281
2. EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS PARA 2015	698.309.379
3. MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS (1-2)	568.729.902

A margem de expansão das despesas de caráter continuado constitui-se de ações derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, na forma do disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (LC nº 101/2000), cujo objetivo precípua é nortear a Administração Pública para utilização da margem de expansão no processo decisório relacionado ao comprometimento dos recursos próprios do Ente Público, como aumento de efetivo, criação de cargo, reestruturação de carreiras e outras despesas de manutenção das Instituições do Governo, além de garantir a alocação de recursos para as ações obrigatórias constitucionais ou legais, com duração prevista para mais de dois exercícios.

As despesas são classificadas nos grupos de despesa 1 - pessoal; 2 - Juros e Encargos da Dívida; e 3 - Outras Despesas Correntes, definidos como "despesas correntes", cuja realização se estenda por mais de dois exercícios. No âmbito do Distrito Federal, essas despesas são custeadas, em sua grande maioria, com recursos de impostos, dívida ativa, multas e juros de mora dos mesmos. Por isso a necessidade de se contabilizar neste relatório somente essas despesas financiadas com recursos de origem tributária, pois as demais receitas, inclusive aquelas auferidas pelo próprio agente gerador, nos termos da lei, já lhes dão obrigatoriedade de execução, ou seja, guardam determinada vinculação.

Para dimensionar a margem de expansão, tomou-se por base a diferença verificada entre as estimativas das receitas de impostos e suas derivadas para o exercício de 2014 e a projeção destas receitas para exercício de 2015.

Deve-se observar que, a exigência estabelecida no § 1º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme dispõe o § 6º do art. 17 do citado normativo legal, não deve ser considerada para análise de acréscimos de despesas relativas a serviços da dívida e reajuste geral dos servidores.

**ANEXO VI**  
**EXPANSÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA**  
**FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**  
LDO, art. 8º, XIX

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	ANO 2014			PLOA 2015	EXPANSÃO DA RECEITA
	REALIZADA JAN-JUN	PREVISÃO JUN-DEZ	TOTAL		
RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	6.403.507.553	6.851.235.062	13.254.742.615	14.519.644.632	1.267.039.281
IMPOSTOS	6.213.594.278	6.632.228.450	12.845.822.728	14.101.848.630	1.258.163.168
IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	2.323.722.322	1.781.486.247	4.105.208.569	4.632.055.751	527.000.456
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	313.701.836	319.039.476	632.741.312	648.220.240	15.489.290
IMPOSTO S/ A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.259.938.065	1.056.540.328	2.316.478.393	2.695.563.891	379.085.499
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	541.119.141	209.180.568	750.299.709	780.129.009	29.892.398
IMPOSTO S/TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	43.515.347	27.118.767	70.634.114	105.439.209	34.819.040
IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	165.447.933	169.607.108	335.055.041	402.703.402	67.714.229
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	3.889.871.956	4.850.742.203	8.740.614.159	9.459.792.879	731.162.712
IMPOSTO S/ OP.CIRC. MERC. SERV. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	3.074.821.469	3.848.973.828	6.923.795.297	7.328.500.933	406.687.693
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	652.913.562	829.850.735	1.482.764.297	1.753.160.054	270.397.692
ICMS/ISS/SIMPLES	162.136.925	171.917.640	334.054.565	388.131.892	54.077.327
OUTRAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA (1)	189.913.275	219.006.612	408.919.887	417.796.002	8.876.113
MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	25.207.091	68.038.667	93.245.758	50.337.145	-42.908.612
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	34.929.955	20.910.485	55.840.440	18.027.386	-37.813.056
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	122.225.238	114.779.681	237.004.919	326.244.913	89.239.993
ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA	7.550.991	15.277.779	22.828.770	23.186.558	357.788

**OBSERVAÇÃO:**

A Expansão da Receita Tributária para 2015, foi elaborada considerando somente as receitas tributárias e suas derivadas, classificadas com a Fonte de Recursos 100 - Ordinário Não Vinculado, ou seja, aquelas administradas pelo Governo do Distrito Federal, que não impliquem em vinculações diretas. Portanto, as taxas não entram no cálculo por estarem classificadas em fonte diferente de 100. (Exemplo: TLP)

**ANEXO VI**  
**EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**FINANCIADAS COM FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**  
**LDO, art. 8º, XIX**

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO AÇÃO	GD	AÇÃO	LEGISLAÇÃO	LOA 2014 (A)	PLOA 2015 (B)	EXPANSÃO (B - A)
1	FUNDEB (18.903)	9999	3	Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (1)	Lei nº 11.494/2007; Art. 60 do ADCT; EC 53/2006; Lei 9.424, de 24.12.96; Decreto nº 6.253/2007	25.267.925	89.513.653	64.245.728
2	Secretaria de Educação (18.101)	2389	3	Manutenção do Ensino Fundamental	Art. 30, 208, 211; CF/88, Art. 60 do ADCT; EC 53/2006; Lei nº 11.494/2007	2.350.002	84.156.642	81.806.640
3	Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência e Renda (17.101) e Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza (17906)	4175	3	Restaurante Comunitário (2)	Lei nº 4.208, de 25/09/08, 4.601 de 14/07/11; Lei nº 4.220/2008; Decreto nº 33.674/2012	19.415.534	35.677.620	16.262.086
4		4162	3	Complementação do Programa Bolsa Família (3)(6)	Lei nº 4.601/2011; Decreto nº 33.329/2011; Lei nº 4.737/2011; Lei nº 4.220/2008 e Decreto nº 33.674/2012; Lei nº 4.670/2011; Decreto nº 33.329/2011	49.678.842	54.531.163	4.852.321
5	Fundação de Apoio a Pesquisa (40.201)	4232	3	Ações Complementares de Transferência de Renda (4)(6)	Lei nº 4.601/2011; Decreto nº 33.329/2011; Lei nº 5.091/2013; Lei nº 4.670/2011; Decreto nº 33.329/2011	18.535.749	5.115.324	(13.420.425)
6		4067	3	Bolsa Universitária	Lei Complementar nº 770/2008; Decreto de regulamentação nº 29.501/2008	17.230.466	7.024.700	(10.205.766)
7	Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (17.101)	4174	3	Fornecimento Continuoado de Alimentos (5)(6)	Lei nº 4.208, de 25/09/08, 4.601 de 14/07/11; Lei nº 4.670/2011; Lei nº 4.670/2011; Decreto nº 33.329/2011	6.112.368	11.861.176	5.748.808

**ANEXO VI**  
**EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**FINANCIADAS COM FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**  
**LDO, art. 8º, XIX**

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO AÇÃO	GD	AÇÃO	LEGISLAÇÃO	LOA 2014 (A)	PLOA 2015 (B)	EXPANSÃO (B - A)
8	Fundação de Apoio a Pesquisa (40.201)	9999	3	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia do Distrito Federal <sup>(6)</sup>	LODF, art. 193 a 199, na forma da Emenda à LODF nº 69, de 06/11/2013	93.120.727	134.694.024	41.573.297
9	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (13203) e Secretaria de Estado de Administração Pública (13101)	9004	1,3	Inativos e Pensionistas <sup>(7)</sup>	Constituição Federal; Lei Complementar nº 840/2011	72.057.284	67.383.776	(4.673.508)
10	Secretaria de Administração de Pessoal (13101)	9099.0003, 9100.0003, 9100.0004	1,3	Aumento da despesa com Pessoal e Encargos Sociais (reajuste geral, realinhamento de carreiras, gratificação de titulação e de produtividade, concursos públicos) <sup>(7)</sup>	Constituição Federal		107.114.062	107.114.062
11	DFTRANS - Transporte Urbano do Distrito Federal (26.204)	4202	3	Passes Livres	Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010; Lei nº 4.494, de 30 de julho de 2010	66.740.000	47.000.000	(19.740.000)
12		8502	1	Pessoal e Encargos Sociais <sup>(7)</sup>	Constituição Federal	7.826.857.148	8.325.670.956	498.813.808
13		9001	1,3	Sentenças Judiciais	Art. 100, CF/88; EC nº 30/2000	322.892.518	343.352.970	20.460.452
14	9999	8504	1,3	Concessão de Benefícios a Servidores	Lei nº 1.136, 10/07/96; Lei nº 2.639, 07/12/2000; Lei nº 2.944, 17/04/2002	448.920.157	245.316.586	(203.603.571)
15		9029/9030/9096	2	Serviço da Dívida	Resoluções nº 40 e 43/2001 do Senado Federal	95.254.000	135.206.079	39.952.079

**ANEXO VI**  
**EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**FINANCIADAS COM FONTE DE RECURSO 100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO**  
**LDO, art. 8º, XIX**

ITEM	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO AÇÃO	GD	AÇÃO	LEGISLAÇÃO	LOA 2014 (A)	PLOA 2015 (B)	EXPANSÃO (B - A)
16	9999	9033	3	Contribuição do Fundo de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	Lei Federal nº 9.715 de 25/11/1998	22.673.008	91.796.376	69.123.368
						<b>9.087.105.728</b>	<b>9.785.415.107</b>	<b>698.309.379</b>

**LEGENDA:**

9999 - refere-se a diversas unidades orçamentárias e/ou diversas ações.

GD - Grupo de Despesa

**OUTROS:**

(1) As despesas de Pessoal do FUNDEB estão sendo computadas na linha 12.

(2) Em 2011 a despesa estava sendo executada na Ação 4042.

(3) A partir do PPA 2012/2015 recepcionou as ações 4043 e 4071.

(4) A partir do PPA 2012/2015 recepcionou as ações 4044, 4944 e 9086.

(5) Em 2011 a despesa da ação 4115 estava sendo executada na Ação 4041, Unidade Orçamentária 17.101 - SEDEST. O Programa Nosso Leite fazia parte do Programa "Vida Melhor", instituído pela Lei nº 4.208/2008. Todavia, a Lei nº 4.601, de 14/07/2011, que instituiu o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal - "DF Sem Miséria", revogou expressamente a citada Lei, e em seu art. 11, § único, estabeleceu que os benefícios sociais concedidos com base na Lei nº 4.209/2008 (dentro os quais o Nosso Leite), ficariam mantidos até sua regulamentação, que deveria se dar no prazo de 120 dias, isto é, até 14/11/2011. A Lei nº 4.670/11 alterou a redação do referido art. 11, § único, dispondo que os benefícios sociais concedidos com base na Lei nº 4.209/08 ficariam mantidos aos atuais beneficiários até sua inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e seu ingresso no Programa Bolsa Família - PBF. Em consequência a ação 4115 com a finalidade de atender ao Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal - "DF Sem Miséria" já não consta da proposta da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural devido à finalização do processo de cadastramento dos beneficiários no Cadastro Único.

(6) Exceto as Ações 8504 e 9033, por já constarem nas linhas 14 e 16.

(7) Exceto as despesas com sentença judicial de natureza alimentar (elemento de despesa 91) e as despesas com pessoal terceirizado (elemento de despesa 34). A execução de despesas na ação 9004 pela Secretaria de Estado de Administração Pública ocorre em razão da Lei Complementar nº 701/94 que instituiu a complementação dos proventos dos funcionários inativos das empresas públicas regidos pela CLT. A partir do exercício de 2015 tais despesas serão executadas na ação 9035, em cumprimento à Decisão TCDF nº 1.589/2014.

(8) No exercício de 2014 não considera o valor referente a programação constante da Unidade Orçamentária 56.102 por não se caracterizar como despesa de execução obrigatória.

Setor de Protocolo Legislativo  
 PL Nº 186 / 2015  
 Folha Nº 30 Rea

## ANEXO IV, QUE ALTERA O ANEXO XI DA LEI Nº 5.389, DE 13 DE AGOSTO 2014.

### ANEXO XI LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2015 A 2017

(Art. 4º, §2º, V, da LRF)

#### METODOLOGIA

Com vistas a atender ao disposto no art. 5º, inc. II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e subsidiar a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro de 2015, este estudo apresenta a projeção da renúncia das receitas de origem tributária do Distrito Federal, administradas pela Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda, para os exercícios de 2015 a 2017, utilizando-se a seguinte metodologia:

1. Inicialmente, foi realizado o levantamento do quadro legal dos benefícios tributários classificados pela Coordenação de Tributação da Subsecretaria da Receita como renúncia de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
2. O quadro legal constante desta proposta difere daquele que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 (LDO 2015), inicialmente aprovada, pela exclusão das seguintes previsões: i) isenção do ICMS na importação de bens de capital, em virtude da rejeição do Convênio ICMS 57/13; ii) isenção do ICMS na construção do Estádio Nacional, (Convênios 108/08 e 72/11), por haver sido detectado o empenho total daquelas despesas em 2013; iii) isenção do ICMS na aquisição de ônibus novos, por não haver registro de avanço na proposta Legislativa; iv) redução de base de cálculo do ICMS para o operador logístico, em virtude de haver transitado em julgado decisão que considerou a Lei nº 3.152/03 inconstitucional; e v) isenções do ICMS e do ISS relacionadas às Copas das Confederações e do Mundo de Futebol, pela presunção da cessação dos fatos geradores correspondentes. Além das exclusões apontadas, foi adicionada a previsão de remissão do IPVA devido por empresa locadora de veículo com condutor, em virtude do disposto no art. 11 da Lei nº 5.287/13.
3. A partir destes dados e com base na observação de períodos anteriores, considerou-se a manutenção e prorrogação da totalidade das leis e convênios ICMS/CONFAZ que concedem os atuais benefícios fiscais, por todo o período do triênio 2015-2017.

4. Para os itens com registro de fruição no exercício de 2013, a projeção da renúncia de receita para 2015 a 2017 consistiu na atualização monetária dos valores realizados em 2013.
5. Para os itens cuja apuração de realização é efetivada indiretamente por meio de estimativas, bem como para a reserva com vistas à implementação de renúncias não previstas a serem concedidas de acordo com a LC nº 24/75, a atualização monetária partiu dos valores previstos na LOA/2014.
6. Para os benefícios sem registro de fruição ou estimativa para 2013, os valores foram calculados a partir de estudos acerca do impacto das desonerações na arrecadação com base em dados econômico-fiscais da Secretaria de Estado de Fazenda ou de outros órgãos públicos e entidades de Direito Privado.
7. Na indisponibilidade de informações ou nos casos em que se constata a ausência absoluta de fruição (realização igual a zero), a estimativa considerada corresponde ao menor valor realizado em 2013 para tributo de mesma natureza, atualizado monetariamente (ICMS = R\$ 2.599,00; IPVA = R\$ 463,00; IPTU = 3.601,00 e ITBI = R\$ 1.549,00).
8. A atualização monetária referida nos itens anteriores se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de 2014 a 2016<sup>1</sup>.

#### INPC/IBGE – ÍNDICES MÉDIOS ACUMULADOS

Ano Base	2014	2015	2016	2017
2013	1,06314	1,12524	1,18792	1,24540

A utilização dos valores da renúncia ocorrida para projeção da renúncia futura justifica-se pela expectativa de que parte dos benefícios atualmente vigentes ainda estará em vigor nos exercícios seguintes, assim como pela contribuição que uma série histórica oferece na modelagem do comportamento de uma variável.

Assim, consideraram-se os benefícios concedidos e registrados pelas unidades da Subsecretaria da Receita da Secretaria de Estado de Fazenda ao longo de 2013, por meio de Atos Declaratórios, Despachos de Reconhecimento e de alterações de ofício em sistemas do Órgão.

Setor de Protocolo Legislativo

*PL* Nº 186 / 2015

Folha Nº 32 *feá*

<sup>1</sup> Conforme Relatório Focus do dia 04/07/2014, disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico>>, os percentuais considerados foram: 6,66% para 2014, 5,80% para 2015, 5,38% para 2016 e 5,16% para 2017.



## RESULTADOS

Os valores previstos para os benefícios no âmbito do ICMS, ISS, IPVA, IPTU, ITBI, ITCD, TLP e Multas e Juros encontram-se nos demonstrativos anexos, classificados por natureza (isenção, redução de base de cálculo, anistia, crédito presumido, remissão, prorrogação de prazo e redução de alíquota), com breve descrição e fundamento legal.

Assim, a projeção da renúncia totalizou R\$ 2,160 bilhões para 2015, R\$ 1,837 bilhão para 2016 e R\$ 1,781 bilhão para 2017, conforme tabela a seguir:

### PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA – 2015 a 2017

Valores correntes em R\$ 1,00

CONSOLIDAÇÃO			
TRIBUTOS	2015	2016	2017
ICMS	1.842.269.169	1.588.223.320	1.536.238.599
ISS	37.349.888	39.427.339	41.501.155
IPVA	17.147.972	18.102.633	19.054.803
IPTU	74.099.263	78.226.891	82.341.501
ITBI	60.675.701	64.055.582	67.424.804
ITCD	10.951.788	11.561.846	12.169.981
TLP	11.108.463	11.727.249	12.344.084
Multas e juros	106.742.664	26.183.928	9.931.632
<b>TOTAL</b>	<b>2.160.344.908</b>	<b>1.837.508.789</b>	<b>1.781.006.559</b>

Trata-se de alteração do demonstrativo da projeção da renúncia de natureza tributária para multas e juros, elaborado em agosto de 2014 para subsidiar o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015. O propósito da alteração é incluir na projeção da renúncia o impacto da redução de juros de mora e multa decorrente de programa de recuperação de créditos a ser instituído.

As metodologias de cálculo e premissas consideradas no trabalho da projeção da renúncia elaborado em agosto de 2014, bem como as estimativas para as renúncias dos demais tributos, não sofreram alterações.

### PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA – A CARGO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - AGEFIS

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 33 *Rea*

## METODOLOGIA

Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, §2º, V, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e subsidiar a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício financeiro de 2014, este estudo apresenta a projeção da renúncia das receitas de origem tributária, da espécie Taxa do

Poder de Polícia, de competência da Agência de Fiscalização do Distrito Federal, para os exercícios de 2015 a 2017, utilizando-se a seguinte metodologia:

Inicialmente, foi realizado o levantamento do quadro legal dos benefícios tributários classificados pela Coordenadoria de Receita como renúncia de receita, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A partir destes dados e com base na observação de períodos anteriores, considerou-se a manutenção e a prorrogação da totalidade das leis que concedem os atuais benefícios fiscais, por todo o período do próximo triênio.

Para os itens com registro de fruição no exercício de 2013, a projeção da renúncia de receita para 2015 a 2017 consistiu na atualização monetária dos valores realizados em 2013.

A atualização monetária referida nos itens anteriores se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de 2015 a 2017.

Considerando que a estimativa do Indicador Econômico - INPC projetada para o exercício 2014 é de 5,84%, para o exercício 2015 é de 5,45%, para o exercício 2016 é de 5,32% e para o exercício 2017 é de 5,20%, conforme dados extraídos dos relatórios do Banco Central do Brasil em abril/2014.

Considerando o esforço fiscal empreendido na atividade fiscalizadora dinâmica, atuante e organizada refletindo no incremento de arrecadação das taxas de competência arrecadadora desta Agência de Fiscalização do Distrito Federal.

Considerando que o cálculo foi realizado dentro do cenário macroeconômico contido no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e seguindo as estimativas oficiais dos índices INPC e PIB que também integram a arrecadação dos exercícios anteriores.

Diante do exposto acima vimos pelo presente apresentar o demonstrativo atualizado que estabelece a projeção das receitas de competência da AGEFIS para o triênio 2015, 2016 e 2017.

A utilização dos valores da renúncia ocorrida para projeção da renúncia futura justifica-se pela expectativa de que parte dos benefícios atualmente vigentes ainda estará em vigor nos exercícios seguintes, assim como pela contribuição que uma série histórica oferece na modelagem do comportamento de uma variável.

Assim, foram considerados os benefícios concedidos e registrados pelas unidades da Coordenadoria de Receita no decorrer do ano de 2013, por meio de Atos Declaratórios, de Despachos de Reconhecimento e de alterações de ofício em sistemas do Órgão.

---

<sup>2</sup> Conforme Relatório Focus do dia 19/07/2013, disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/?wicket:interface=:2:::ico>>, os percentuais considerados foram: 5,84% para 2014, 5,45% para 2015, 5,32% para 2016 e 5,20% para 2017.

## RESULTADOS

Os valores previstos para os benefícios no âmbito das taxas do poder de polícia encontram-se nos demonstrativos anexos, classificados por natureza (isenção, crédito presumido e remissão), com breve descrição e fundamento legal.

Assim, a projeção da renúncia totalizou R\$ 2.992.284,35 para 2015, R\$ 3.151.473,87 para 2016 e R\$ 3.315.350,52 para 2017, conforme tabela a seguir:

### PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA – Taxas do Poder de Polícia de competência da AGEFIS – 2015 a 2017

Valores correntes em R\$ 1,00				
Tributo - Taxa	Legislação Afeta	Valores 2015	Valores 2016	Valores 2017
TFE	LC 783/2008	1.673.677,77	1.762.717,42	1.854.378,73
TEO	LC 783/2008	1.318.606,58	1.388.756,45	1.460.971,79
Total		2.992.284,35	3.151.473,87	3.315.350,52

## PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - PLOA 2015

CAPITULAÇÃO LEGAL		2015		2016		2017	
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Leis nº 3.194/2003 (REFAZ I) e 3.687/2005 (REFAZ II)	Não inscritos na Dívida Ativa	71.598	24.061	8.511	
			Inscritos na Dívida Ativa	262.561	88.237	31.213	
		LC nº 781/2008 (REFAZ III)	Não inscritos na Dívida Ativa	58.315	19.598	6.932	
			Inscritos na Dívida Ativa	22.479	7.554	2.672	
		Convênio ICMS 149/12, Leis nºs 5.096/13, 5.211/13 e 5.365/14 (Programa RECUPERADA-DF)	Não inscritos na Dívida Ativa	5.397.766	5.452.839	2.047.972	
			Inscritos na Dívida Ativa	11.940.708	12.034.250	3.090.377	
	Convênio ICMS 3/15 e Projeto de Lei a ser enviado a CLDF	Não inscritos na Dívida Ativa	24.767.507	2.381.694	1.320.339		
		Inscritos na Dívida Ativa	64.221.730	6.175.694	3.423.616		
	<b>TOTAL</b>		<b>106.742.664</b>	<b>26.183.928</b>	<b>9.931.632</b>		

Elaboração: Gerência de Planejamento Fiscal/JUEF/AESP/SEF.

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 36 R.O.:

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015  
RENÚNCIA DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS - QUADRO CONSOLIDADO

A preços correntes em R\$ 1,00

	EXERCÍCIO DE 2015			EXERCÍCIO DE 2016			EXERCÍCIO DE 2017		
	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta
TRIBUTOS	7.315.216.245	1.842.269.169	9.157.485.414	7.985.303.406	1.588.223.320	9.573.526.726	8.753.628.873	1.536.238.599	10.289.867.472
ICMS	1.752.217.678	37.349.888	1.789.567.566	1.885.374.374	39.427.339	1.924.801.713	2.034.670.639	41.501.155	2.076.171.794
ISS	780.126.478	17.147.972	797.274.450	823.823.719	18.102.633	841.926.352	866.997.759	19.054.803	886.052.563
IPVA	648.085.534	74.099.263	722.184.797	684.186.506	78.226.891	762.413.397	720.173.631	82.341.501	802.515.132
IPTU	402.649.786	60.675.701	463.325.488	434.614.662	64.055.582	498.670.244	466.579.504	67.424.804	534.004.308
ITBI	100.967.943	10.951.788	111.919.731	110.647.862	11.561.846	122.209.708	120.328.102	12.169.981	132.498.083
ITCD	101.374.886	11.108.463	112.483.349	107.021.875	11.727.249	118.749.124	112.651.056	12.344.084	124.995.140
TLP									
Multas e Juros Tributários	71.168.929	106.742.664	177.911.593	151.386.070	26.183.928	177.569.998	178.384.389	9.931.632	188.316.021
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.171.807.479</b>	<b>2.160.344.908</b>	<b>13.332.152.387</b>	<b>12.182.358.473</b>	<b>1.837.508.789</b>	<b>14.019.867.262</b>	<b>13.253.413.953</b>	<b>1.781.006.559</b>	<b>15.034.420.512</b>

OUTRAS ITENS DE RENÚNCIAS - DE COMPETÊNCIA DA AGEFIS (TFE - TEO)

	EXERCÍCIO DE 2015			EXERCÍCIO DE 2016			EXERCÍCIO DE 2017		
	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta	Receita p/PLOA	Renúncia	Receita Bruta
TRIBUTOS	9.063.779	1.673.678	10.737.457	9.545.972	1.762.717	11.308.689	10.042.362	1.854.379	11.896.741
TFE	7.548.875	1.318.607	8.867.482	7.950.475	1.388.756	9.339.231	8.363.900	1.460.972	9.824.872
TEO	16.612.654	2.992.284	19.604.938	17.496.447	3.151.474	20.647.921	18.406.262	3.315.351	21.721.613
<b>SUBTOTAL</b>	<b>11.188.420.133</b>	<b>2.163.337.193</b>	<b>13.351.757.325</b>	<b>12.199.854.920</b>	<b>1.840.660.263</b>	<b>14.040.515.183</b>	<b>13.271.820.215</b>	<b>1.784.321.909</b>	<b>15.056.142.124</b>

Sector de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186/2015  
Folha Nº 37 de 40



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E  
GESTÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

---

E.M.

Nº /2014-GAB/SEPLAN

Brasília, de fevereiro de 2015.

Excelentíssimo Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência, nos termos do art. 71, §1º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, a anexa Minuta de Projeto de Lei que tem por objetivo alterar parcialmente a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as “diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências”.

A alteração ora proposta se faz necessária em decorrência da decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, cuja autorização ao Distrito Federal para conceder redução de multas e juros de mora sobre os valores devidos pelo contribuinte inadimplente com o fisco está exarada no Convênio ICMS nº 3/2015. O Projeto de Lei correspondente ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS/DF, também, está sendo encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, cuja apreciação deverá se dar em regime de urgência, em face de que seus efeitos financeiros se darão a partir de 31 de julho de 2015, com desconto de até 95%, se a liquidação do débito ocorrer à vista, ou com descontos menores, conforme a quantidade de parcelas pactuadas.

Com o procedimento proposto, o Governo do Distrito Federal busca aumentar a arrecadação dos créditos inscritos na Dívida Ativa, que já possuem elevada monta. E como o Distrito Federal passa por uma conjuntura econômica que requer adoção de medidas saneadoras, visando o equilíbrio fiscal, necessário se faz implementar essa ação.

À sua Excelência o Senhor  
**RODRIGO ROLLEMBERG**  
Governador do Distrito Federal  
NESTA

Sector de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 38 Fev



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E  
GESTÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

---

Em decorrência da presente alteração, os valores da receita e da renúncia de natureza tributária serão ajustados, conforme reflexo apontado no demonstrativo, em anexo, onde estão evidenciadas as alterações verificadas.

Embora o total da renúncia de receita, relativa à **multa e juros**, apresente um incremento da ordem de R\$ 88.989.237,00, haja vista que passa de R\$ 17.753.427,00 para R\$ 106.742.664,00, a reavaliação dos itens que compõem a receita tributária líquida de renúncia obteve um acréscimo de R\$ 20.495.504,00. Valor este que deverá ser objeto de abertura de crédito suplementar por excesso de arrecadação na Lei Orçamentária Anual de 2015.

A compensação financeira necessária para a realização do acréscimo na renúncia tributária, na forma do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, está demonstrada pelo acréscimo nos diversos itens que compõem a receita de origem tributária do Distrito Federal, em seus valores brutos, onde apresenta, inclusive, acréscimo no montante da Lei Orçamentária Anual de 2015.

Em decorrência desta alteração, os seguintes anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015, Lei nº 5.389/2014, deverão ser alterados:

- 1) Anexo II – Metas de Resultados Fiscais, acompanhado das considerações e anexos de receita tributária;
- 2) Anexo V - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- 3) Anexo VI - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- 4) Anexo XI - Projeção da Renúncia de Origem Tributária – Texto e Anexos a serem alterados (Multa e Juros e Compensação da Renúncia da Receita).

Setor de Proteção Legislativa

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 39 Ra



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E  
GESTÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

---

Posto isto, e considerando o prazo exíguo para a implementação das ações necessárias para a realização das concessões pretendidas, é imperativo solicitar àquela Casa de Leis que o presente Projeto de Lei seja apreciado em regime de urgência, nos termos do Art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,

**LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS**  
Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão

Selo de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 40 / 02



QUADRO COMPARATIVO DAS DIFERENÇAS VERIFICADAS EM RELAÇÃO À POSIÇÃO ANTERIOR

R\$ 1,00

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2015 (POSIÇÃO ANTERIOR)	NOVOS VALORES	DIFERENÇA
		TOTAL DA RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	15.374.931.590	15.395.427.094	20.495.504
1100.00.00		RECEITA TRIBUTÁRIA	14.255.803.841	14.274.562.330	18.958.489
1110.00.00		IMPOSTOS	14.082.959.447	14.101.848.631	18.889.184
1112.00.00		IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO	4.627.393.631		
1112.02.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO	648.085.534	648.220.240	134.706
1112.04.00	100	IMPOSTO S/ RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA (1)	2.695.563.891		
1112.05.00	100	IMPOSTO S/ PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTORES	760.128.478	760.129.009	2.531
1112.07.00	100	IMPOSTO S/ TRANS. CAUSA MORTIS OU DOAÇÃO BENS E DIREITOS	100.967.943	105.439.209	4.471.266
1112.08.00	100	IMPOSTO DE TRANS. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS	402.649.788	402.703.402	53.618
1113.00.00		IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO	9.455.565.816		
1113.02.00	100	IMPOSTO S/ OP. REL.CIRC.MERC. S/ SERV.TRANSP.E COMUNICAÇÃO	7.315.216.245	7.328.500.933	13.284.688
1113.02.22	100	FIN. ESPECIAL PARA O DESENVOLVIMENTO - FIDE	-		
1113.05.00	100	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.762.217.678	1.753.160.054	942.376
1113.06.00	100	IMPOSTO SIMPLES	388.131.892		
1120.00.00		TAXAS	172.675.394		
1121.00.00		PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	71.019.725		
1121.41.00	150	TAXA DE FISC.SERV.PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO (1)	14.811.574		
1121.42.00	151	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	39.595.498		
1121.44.00	160	TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO	9.063.779		
1121.45.00	160	TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS	7.548.875		
1122.00.00		PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	101.655.869		
1122.05.00	111	TAXA DE EXPEDIENTE	280.078		
1122.09.00	115	TAXA DE VISTORIA DE ESTABELECIMENTO	705		
1122.90.00	114	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	101.343.868	101.413.191	38.305
1122.90.01	114	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA - INTRAORÇAMENTÁRIA - NORMAL	31.000		
1220.03.03	152	CONTRIB. PROG. INCENT. ARREC. EDUC. TRIBUTÁRIA - PINAT	881.684		
1220.03.05	156	RECURSOS DO REGIME SIMPLIFICADO DE BARES E RESTAURANTES	285.419		
1600.02.20	100	REGIME ESPECIAL DE APURAÇÃO - REA ICMS	795.873		
1721.01.01	101	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DF	526.987.488		
1721.01.02	102	COTA-PARTE FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	140.806.331		
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	447.591.154	449.128.189	1.537.015
1911.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	76.018.338	51.393.904	(24.624.432)
1911.20.00	100	MULTA E JUROS DE MORA DO ITCD	9.312.692	6.298.055	(3.016.637)
1911.23.00	100	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	10.334.826	6.987.091	(3.347.735)
1911.38.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	5.845.869	3.952.096	(1.893.573)
1911.39.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	869.568	587.213	(281.353)
1911.40.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	11.168.100	7.550.445	(3.617.655)
1911.41.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPVA	18.539.368	11.181.811	(5.357.557)
1911.42.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS	20.275.731	13.707.863	(6.567.868)
1911.43.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP	1.563.085	1.058.759	(506.326)
1911.44.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SIMPLES	-		
1911.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	110.300	74.571	(35.729)
1913.00.00		MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	85.456.971	19.775.025	(45.681.946)
1913.11.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	20.068.817	6.062.331	(14.004.486)
1913.12.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	129.145	39.016	(90.129)
1913.13.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	7.056.453	2.131.806	(4.924.647)
1913.14.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	15.873.883	4.795.557	(11.078.326)
1913.15.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	12.875.673	3.889.834	(8.985.839)
1913.20.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	944.400	285.310	(659.090)
1913.22.00	114	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	5.784.629	1.747.639	(4.037.190)
1913.25.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	1.026.815	310.148	(716.467)
1913.35.00	120	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DA TAXA DE FUNC. ESTABELECIMENTOS	-		
1913.99.00	100	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.699.346	513.385	(1.185.961)
1931.00.00		RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	287.271.774	354.772.882	87.500.908
1931.11.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU	83.801.537	103.492.577	19.691.040
1931.12.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI	516.907	838.366	121.459
1931.13.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS	24.593.418	30.372.187	5.778.771
1931.14.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPVA	68.189.789	84.212.501	16.022.712
1931.15.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	65.428.229	68.452.327	13.024.098
1931.17.00	114	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP	23.099.926	28.527.769	5.427.843
1931.20.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITCD	2.809.484	3.489.635	680.151
1931.21.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SIMPLES	5.000.201	6.175.110	1.174.909
1931.25.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA ADVINDA LC 52/97 (COMP.C/ PRECATÓRIOS)	1.348.683	1.663.129	316.436
1931.99.00	100	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	22.485.690	27.769.081	5.283.491
1934.00.00	100	ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA AJUIZADA (2)	18.844.073	23.186.558	4.342.485

Notas: (1) Projeções fornecidas pela Subsecretaria de Orçamento Público/SEPLAN.

(2) Inclui Dívida Ativa Não-Tributária.

Elaboração: Gerência de Estudos Econômicos e Política Fiscal/AEF/SEF.

Setor de Protocolo Legislativo  
 PL Nº 186 / 2015  
 Folha Nº 41 *ra*



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**CASA CIVIL DA GOVERNADORIA**  
**ASSESSORIA ESPECIAL**

OFÍCIO Nº 07/2015/ASSESP/CACI

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2015.

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, de ordem do Chefe da Casa Civil, encaminho cópia do projeto de lei, acompanhada de mensagem à Câmara Legislativa do Distrito Federal, que altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015.

Solicito análise e manifestação dessa Consultoria Jurídica, com a urgência que o caso requer, a fim de submeter à apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Atenciosamente,

**ELTON BERNARDO BANDEIRA DE MELO**  
Chefe da Assessoria Especial

Setor de Protocolo Legislativo

PL Nº 186 / 2015

Folha Nº 42 ROA

*Documento revisado  
pela Consultoria Jurídica  
Em 24.2.2015.*

*Leandro Zannoni Apolinário de Alencar  
Consultor Jurídico Adjunto da  
Governadoria do Distrito Federal*

A Sua Excelência o Senhor  
**RENÉ ROCHA FILHO**  
Consultor Jurídico da Governadoria do Distrito Federal  
Praça do Buriti, Palácio do Buriti, 1º Andar  
CEP: 70.075-900 / Brasília - DF



**Assunto: Distribuição do Projeto de Lei nº 186/2015 (Mensagem do Governador nº 29/2015)**

**Autoria: Poder Executivo ("Altera a Lei nº 5.389, de 13 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, e dá outras providências")**

Ao **SPL** para indexação e, em seguida, ao **SACP**, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito e admissibilidade, na **CEOF** (RICLDF, art. 64, II, "a" e "b").

Informo ainda que, conforme solicitado na Mensagem do Governador, o projeto tramitará sob **regime de urgência**, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em 02/03/2015.

**Leonardo Címon Simões de Araújo**

**Matrícula 16.809**

**Consultor Legislativo**

*Leonardo Címon Simões*  
Matr.: 16.809-15  
Consultor Legislativo  
Assessoria de Plenário e Distribuição

Setor de Protocolo Legislativo  
PL Nº 186 / 2015  
Folha Nº 43 de 102